

Troca de dívida velha por nova

por Ivanir José Bortot
de Brasília

A emissão de novos bônus do Tesouro no mercado internacional, destinada à troca por títulos da dívida externa, vai exigir mudanças no texto aprovado pelo Senado Federal sobre o acordo feito com os credores do Brasil em 1992.

O senador Esperidião Amin (PPR-SC) disse ontem, depois de um encontro com o diretor da área externa do Banco Central (BC), Gustavo Franco, que vai dar parecer favorável ao projeto encaminhado pelo Tesouro Nacional pedindo autorização ao Senado para emitir mais R\$ 5 bilhões em bônus no exterior. A emissão tem por objetivo reduzir, no mesmo valor, a dívida interna.

Já a emissão de bônus para troca por papéis da dívida externa vai exigir alteração na Resolução nº 98/92, do Senado Federal,

que autorizou o acordo feito pelo Brasil com os credores externos. "Haverá a troca de uma parte da dívida externa pela emissão de novos bônus. Não ocorrerá um aumento da dívida. Na prática, o governo estará apenas recebendo autorização para usar um novo papel junto com outros já existentes", disse Amin.

Gustavo Franco gostou da solução encontrada por Amin. Franco foi ao Senado para pedir a Amin e a Wilson Kleinubing (PFL-SC) que fosse incluída no Projeto de Resolução nº 103, de 1995, a possibilidade de usar bônus emitidos no exterior para resgatar a dívida externa. O senador Amin deve apresentar hoje seu parecer ao Projeto de Resolução nº 103, favorável à emissão de mais R\$ 5 bilhões, além dos R\$ 2 bilhões de bônus já colocados pelo BC no mercado alemão e

japonês. A permissão para a emissão de bônus do Tesouro Nacional com a finalidade exclusiva de troca de papéis da dívida externa será concedida mediante um novo pedido, que terá que ser feito pelo Executivo.

**BC quer
escolher
o melhor
momento
para fazer
resgates**

"Estamos com uma confortável situação no balanço de pagamento. É importante termos essa possibilidade de fazer captações externas para trocar por papéis com deságio no mercado internacional. A Argentina já vem fazendo essa troca de sua dívida", disse Gustavo Franco. Ele explicou que o Brasil poderá usar os dólares obtidos

com a colocação dos bônus lá fora mesmo, para comprar papéis com prazos de três a cinco anos, como IDU (títulos representativos dos juros da dívida vencidos e não pagos), que estão sendo negociados atualmente a cerca de 85% de seu valor de face.

As operações de troca da dívida externa por novos bônus poderão ser feitas em tranches (parcelas) ou de uma só vez. O BC, depois de receber a autorização, escolheria o melhor momento para realizar a operação. Não interessaria ao Brasil comprar sua dívida externa em momentos de valorização desses papéis. "Tendo autorização, podemos escolher a melhor forma de fazer. Não somos um banco, somos um País que tem posições claras no mercado", disse Franco, ao ser indagado sobre a conveniência de estabelecer critérios para

compra de papéis do Brasil no mercado externo.

A emissão de títulos do Tesouro com a finalidade exclusiva de troca pela dívida interna em alguns momentos, como o atual, não interessa para o BC pelos reflexos sobre a política monetária. É que a vinda dos dólares e o seu uso poderiam aumentar ainda mais a quantidade de reais na economia. "Depende do momento. O que é conveniente em um momento é inconveniente em outro. O que é bom algumas vezes é ruim em outras. Precisamos ter os instrumentos. O uso será feito no momento adequado", disse Franco.

Os analistas do BC acham que neste ano não será mais possível fazer novas emissões de bônus no mercado externo. As operações realizadas pelo Brasil teriam "ocupado" o mercado disponível para esses papéis em 1995.